



O País da Gola e do Gume: quando a Justiça chega a pé e a factura vem a cavalo

Publicado em 2025-12-08 20:39:56



1

BOX DE FACTOS

- Segundo notícia do **Público** de 8 de Dezembro de 2025, a defesa de arguidos do caso das “golas antifumo” já terá custado ao Estado até hoje 137 mil euros.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- O patrocínio público em processos desta natureza reacende o debate sobre limites, transparência e reembolso em caso de condenação.
- O arrastar dos julgamentos em Portugal continua a corroer a confiança cívica e a alimentar a percepção de impunidade.

2

O País da Gola e do Gume

3

Há crimes que começam no papel e acabam na paciência do povo. E há julgamentos tão longos que parecem ter sido promovidos a monumento nacional.

4

Portugal é um país de prodígios discretos. Fazemos milagres com pouco, sobrevivemos com quase nada, reinventamo-nos à força do hábito e da esperança. Mas há uma arte em que atingimos a perfeição: a de transformar a indignação num calendário sem fim.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ensinaram a chamar “realismo”. Mas há um ponto em que o estômago cívico deixa de aceitar explicações.

Esse ponto surge quando o mesmo Estado que foi lesado se senta depois na mesa da factura, não para recuperar o que perdeu, mas para pagar, serenamente, a defesa de quem é acusado de o ter lesado. E não se trata de negar direitos fundamentais. Ninguém sensato quer um país onde a defesa se torne luxo ou castigo antecipado. Trata-se de algo mais simples e mais duro: a decência das regras.

Se, como se noticia, a defesa de arguidos das golias antifumo já custou ao Estado uma soma considerável, a pergunta não é apenas “quanto?”. A pergunta é “como?”, “porquê assim?” e “onde está o limite?”. Porque quando não há tecto, as finanças públicas deixam de ser um sistema e passam a ser um terreno de caça.

E depois há o segundo crime, não tipificado em código mas gravado na pele do quotidiano: o tempo. Os julgamentos que se arrastam por anos e anos são uma forma sofisticada de absolvição cultural. A demora dissolve o escândalo, desgasta a memória colectiva e oferece à culpa um disfarce de nevoeiro. Ao fim de uma década, o País já não discute factos: discute gases.



uma fissura profunda no contrato social.

O que seria mínimo exigir

Primeiro: um limite claro e público para estas despesas, com critérios transparentes. Segundo: uma preferência real por modelos de contratação que não façam do ajuste directo um atalho rotineiro. Terceiro: um princípio que deveria ser intuitivo até para pedras antigas da calçada: se houver condenação definitiva, deve existir um mecanismo de reembolso ao Estado.

E, acima de tudo, uma prioridade processual séria para a criminalidade económico-financeira. Não para criar justiça de espectáculo, mas para impedir justiça de espuma.

Porque a verdadeira tragédia não é apenas o dinheiro gasto. É o simbolismo de um País que parece administrar a sua própria desilusão com competência técnica. Como se a resignação fosse um ministério.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

continuará a assistir à lenta metamorfose da democracia numa rotina de impunidades administrativas e paciências esgotadas.

O povo não exige perfeição. Exige apenas que a Justiça não chegue quando já ninguém se lembra do crime, nem do rosto da esperança.

6

Francisco Gonçalves & Augustus Veritas

Nota de co-autoria: texto desenvolvido em parceria editorial para o universo **Fragmentos do Caos**.

7 [leia]



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)